



O sorvedouro de pessoas: dispositivos de poder da ditadura militar em *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski

Marcelo Fernando de Lima¹ e Patrícia Marcondes de Barros²

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Rua Sete de Setembro, 3165, 80230-901, Curitiba, Paraná, Brasil. ²Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, km 380, 86057-970, Londrina, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: marcelolima@utfpr.edu.br

RESUMO. Nosso objetivo neste artigo é estudar o texto ficcional *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski, que mostra a procura de um pai pela filha desaparecida na (e pela) ditadura militar em abril de 1974, no período mais violento do regime. Optamos por identificar na narrativa a presença de dispositivos impostos pela ditadura, criando barreiras à revelação da verdade quanto aos desaparecidos durante o regime. A análise se ampara em discussões de Michel Foucault e Giorgio Agamben sobre o conceito de dispositivo. O artigo está dividido em três partes: na primeira, abordamos a ditadura; na segunda, discutimos o conceito de dispositivo; na terceira, analisamos o livro.

Palavras-chave: literatura brasileira contemporânea; história do Brasil; relações de poder; dispositivo; memória.

The drain of people: power apparatuses of the military dictatorship in *K.: relato de uma busca*, by B. Kucinski

ABSTRACT. Our aim in this article is to study the fictional text *K.: relato de uma busca*, by B. Kucinski, which shows the search of a father for his daughter who disappeared in April 1974, during the most violent period of the military regime. We chose to identify in the narrative the presence of apparatuses imposed by the dictatorship, which created barriers to the revelation of the truth about those who disappeared during the regime. The analysis is based upon discussions by Michel Foucault and Giorgio Agamben about the concept of apparatus. The article is divided into three parts: in the first, we discuss the dictatorship; in the second, we discuss the concept of apparatus; and in the third, we analyze the book.

Keywords: contemporary Brazilian literature; history of Brazil; power relations; apparatus; memory.

Received on July 26, 2021.
Accepted on September 17, 2021.

Introdução

A ditadura militar (1964-1985) é um período histórico de constantes disputas entre setores da sociedade brasileira. As camadas mais progressistas a consideram como uma época de violação em massa de direitos humanos; os setores mais conservadores olham esse tempo com nostalgia. Para eles, foi sob a intervenção militar que o país ‘prosperou’ e manteve-se ‘fora de esquemas de corrupção’ e longe da ‘ameaça comunista’.

O falso dilema de que um ‘lado bom’ pudesse compensar o ‘lado ruim’ da ditadura ainda persiste, em grande parte, devido à omissão do estado em restabelecer o senso de justiça e em fazer um ajuste de contas com o passado. Na verdade, optou-se por entender o sentido literal da frase do general Figueiredo quando este deixou o governo em 1985: ‘Esqueçam de mim’. De fato, pouco se fala da ditadura militar. O Brasil não conta com uma política de memória sobre o período, tampouco houve esforço institucional em punir aqueles que cometeram crimes contra a humanidade nos ‘porões’ do regime – diferentemente do que aconteceu em alguns países do Cone Sul, onde o ajuste de contas ocorreu logo depois da abertura.

No Brasil, o apagamento da história teria sido ainda maior caso não existissem ações como o projeto *Brasil: nunca mais*, dos anos 1980, que reuniu relatos e denúncias envolvendo violações e assassinatos, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), nascida da reivindicação dos familiares dos mortos pela ditadura, mas cujos efeitos foram interrompidos no governo atual. Fora da esfera institucional, a reflexão sobre a ditadura militar vem sendo (re)construída e

ainda é um tema presente nas diversas modalidades artísticas - do teatro às artes plásticas, da música à literatura, do cinema à indústria cultural.

Representando uma continuidade das produções literárias sobre esse tema, *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski, está localizado na última fase dos testemunhos literários baseados na vivência daqueles que, na juventude, sofreram as consequências do regime. Isso por um motivo óbvio: daqui a menos de dois anos, o golpe completará 60 anos, e a maioria daqueles que eram adolescentes ou jovens na época já está em idade bastante avançada. Muitos daquela geração já se foram, e por isso mesmo a publicação de um relato como o de Kucinski adquiriu, em 2011, o tom de urgência, quando o autor já estava com 74 anos, em meio a uma atmosfera política em que ainda era possível se pensar em reparação.

Hoje, mais do que há dez anos, paradoxalmente, a história angustiante da busca empreendida por um velho imigrante judeu, comerciante do bairro paulistano do Bom Retiro, pelo paradeiro de sua filha, professora desaparecida, deparando-se com as barreiras dos dispositivos institucionais de controle, torna-se uma fábula do tempo presente, com a continuidade da cultura autoritária que tem se reavivado nos últimos anos. Afinal, quando lemos a jornada de K., como não pensar na busca pelos assassinos da vereadora e ativista dos direitos humanos Marielle Franco; na violência policial; no descaso das autoridades com a pandemia; nas mortes de Dom Phillips e Bruno Pereira? As sombras do Brasil contemporâneo são muitas, mas ganham um peso simbólico ainda maior quando o governo oficializa o negacionismo como política de estado, instaurando a desesperança e a destemperança. Por meio de gestos agressivos, seus integrantes reafirmam práticas que ameaçam cotidianamente a democracia, os vulneráveis, fazendo apologia à tortura e à barbárie.

Em meio a esse contexto, nosso objetivo neste artigo é estudar o texto ficcional *K.: relato de uma busca*, tentando entender como as relações institucionais de poder se articularam a partir dos dispositivos de controle representados no texto. Para isso, baseamo-nos no conceito de dispositivo de Michel Foucault, filósofo que dedicou boa parte de seus estudos a desvendar os sistemas de dominação e sua relação com a modernidade, semelhantes ao que vive(u) o Brasil em vários momentos de sua história. Recorremos também à revisão (e ampliação) desse conceito por Giorgio Agamben, que o associa aos mecanismos de controle da religião e da administração.

Procuramos também expor em nossa análise as tensões trazidas pela angústia da espera do protagonista, que de certa forma torna-se também a do leitor à procura de respostas nos fragmentos que integram a narrativa. Até porque ler esse livro como um relato de não-ficção trairia a intencionalidade do autor, que não identificou o nome da maior parte das personagens, procurando uma generalização. Só sabemos os nomes de seu pai e principal protagonista da busca (Majer), da irmã e do cunhado desaparecidos (Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva) com a consulta a fontes públicas externas¹.

O artigo está organizado em três partes: na primeira, fazemos um panorama da ditadura militar; na segunda expomos as ideias de Agamben e Foucault sobre dispositivo; na terceira analisamos trechos do livro.

Primeiro de abril, Brasil

Em 31 de março de 1964, uma parte da população brasileira foi dormir sob a imensa tensão que havia na área política, no momento mais conturbado da gestão João Goulart (1961-1964), o presidente herdeiro de Getúlio Vargas que, apoiado por movimentos sociais, planejava uma série de reformas no país e por isso desagradava os setores conservadores, representando uma ameaça ao combate ao comunismo empreendido pelos Estados Unidos no auge da Guerra Fria. No 1º de abril, os brasileiros já acordaram sob um regime que duraria 21 anos e que deixou marcas profundas no país.

O golpe começou a ser gestado, no entanto, muito antes. Houve diversas tentativas de derrubar governos eleitos antes de 1964. Uma delas foi a campanha de setores conservadores da sociedade (empresários, políticos, órgãos da imprensa e militares) contra Getúlio Vargas, barrada pelo clima de comoção gerado com o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954. Outras tentativas ocorreram para impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek e de seu vice, João Goulart, em 1955, e ao longo de seu governo, e a de Goulart como presidente, logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Caracterizado como um político alinhado às reivindicações de mudanças sociais e próximo às lideranças de esquerda no Brasil e na América Latina, João Goulart enfrentou muita dificuldade para governar (Fausto,

¹ Ana Rosa Kucinski Silva (2021).

2009). Foi preciso um movimento político para garantir sua posse, por meio da ‘campanha da legalidade’, organizada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, em 1961. Para resolver o impasse, o Congresso Nacional adotou provisoriamente o parlamentarismo, atribuindo a Jango o papel de chefe de estado. Em 1963, um plebiscito garantiu a volta do presidencialismo e a proposição de Jango para as ‘reformas de base’, numa tentativa de fazer frente à crise, que combinava alta inflação, dívida externa, falta de alimentos e desigualdade.

A proposta mais ousada foi a de reforma agrária, com a ideia de transformar grandes latifúndios em pequenas propriedades administradas por cooperativas de trabalhadores, alterando uma estrutura desigual que remontava à época colonial. Ainda em 1963, Jango decidiu controlar a remessa de lucros por empresas estrangeiras a seus países, ampliando ainda mais suas diferenças com a oposição, que já contava com o apoio de parte da classe média.

O auge da tensão entre as forças políticas aconteceu em 13 de março, quando foi realizado o comício pelas reformas diante da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde Jango discursou para 150 mil pessoas, defendendo a reforma agrária e uma nova constituinte. Uma demonstração de força foi dada, como resposta, por uma marcha organizada pela alta cúpula da igreja católica reunindo centenas de milhares de pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em meio ao clima de tensão, o golpe foi deflagrado em Minas Gerais na noite de 31 de março, envolvendo o alto comando militar, mas também políticos da oposição, que mais tarde seriam cassados e presos, como Carlos Lacerda. No dia seguinte, o governo era assumido provisoriamente pelo presidente da Câmara, e em 15 de abril pelo marechal Castelo Branco, com a promessa de uma administração de transição até novas eleições, o que não se concretizou. Começava aí um longo período de interrupção do regime democrático no Brasil, com uma escalada autoritária cada vez maior – como resposta às reações da sociedade civil contra o golpe.

Alguns autores (Fausto, 2009; Enders, 2008) afirmam que os militares que tomaram o governo não integravam um bloco monolítico, sendo divididos em duas tendências principais, que deram o tom de cada gestão. Havia o chamado grupo moderado, com oficiais oriundos das escolas militares mais prestigiadas (como é o caso do marechal Castelo Branco) e a ‘linha dura’ (do general Costa e Silva). O que separava a linha dura e os moderados, embora tivessem agido em conjunto em muitos momentos, era o recurso ao meio ilegal da violência e da tortura.

A ditadura viveu também fases distintas (Enders, 2008). De 1964 a 1968, com o país sob o comando de Castelo Branco, o movimento político contrário ao regime não apenas se manteve, como se intensificou, aliando, no campo da cultura, um aprofundamento das propostas estéticas que culminou com a Tropicália, o Cinema Novo e o teatro amador. Sob influência de transformações que ocorriam na América Latina e nos países ricos (as lutas pelos direitos civis e a contracultura nos Estados Unidos, o Maio de 68 na França, o feminismo), a maior parte dos estudantes universitários brasileiros assumiu um posicionamento contrário ao regime, com intensa atividade política e cultural por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O momento mais crítico quanto às violações aos direitos humanos ocorreu depois de 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional n. 5 (AI-5), que garantiu superpoderes ao executivo e suspendeu as liberdades que ainda existiam no início do governo militar. São os chamados ‘anos de chumbo’ (1968-1974), período em que se concentrou a maior parte das perseguições contra os ‘inimigos internos’, com sequestros, prisões, torturas, exílio de intelectuais e artistas, formação de grupos de extermínio, ocultação de cadáveres.

Já em 1969, o governo começou a atacar aqueles aos quais chamava de subversivos, como políticos, artistas, intelectuais e líderes comunitários. Naquele ano, 219 professores da Universidade de São Paulo (USP) foram afastados por meio de aposentadoria precoce. Grandes nomes da canção brasileira e das artes foram presos e obrigados deixar o país. Completando o fechamento do regime, o AI-13 e o AI-14 decretavam a expulsão de pessoas consideradas perigosas para a segurança nacional e previam pena de morte em caso de guerra subversiva. Numa camada ainda mais profunda do regime, excedendo as próprias leis repressivas, um aparato estatal clandestino se fortalecia (Enders, 2008).

Logo depois da chegada dos militares ao poder, foram formadas as bases para a atividade repressiva, com a criação, em 13 de junho de 1964, do Serviço Nacional de Informação (SNI), responsável por espionar e ‘fichar’ as atividades de milhões de brasileiros suspeitos de subversão, além de já haver sistemas de informação no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. Houve também o fortalecimento, nos estados, dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), criados em 1924 e com papel repressivo destacado durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar, famosos pela violência de seus policiais, e o DOI-

CODI, responsável por organizar operações. Além disso, foram desenvolvidas ações como a Operação Bandeirantes (OBAN) e a Operação Condor, esta última uma aliança entre militares latino-americanos.

Em resposta à repressão, grupos de jovens criaram organizações clandestinas para combater a ditadura, formando guerrilhas nas cidades e no meio rural. A mais conhecida foi a Guerrilha do Araguaia, na Amazônia, cujos integrantes morreram em luta contra os militares ou foram executados, entre 1973 e 1974. As prisões e assassinatos atingiam também organizações que não estavam exatamente na clandestinidade, como grupos de trabalhadores, de indígenas e quilombolas, e religiosos ligados à ala progressista da igreja católica - notadamente os padres e educadores da Teologia da Libertação, que teve um papel de resistência ao regime nos anos 1970.

O aumento das tensões levou à formação, por parte do governo, de uma ação altamente violenta (a OBAN), chefiada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que tinha carta branca para dismantlar as organizações clandestinas, tendo sido financiada pelo governo de São Paulo com o apoio de empresas como Ford e General Motors (Enders, 2008). O nome de Fleury é citado diversas vezes no livro de B. Kucinski, assim como a 'casa da morte', espaço clandestino localizado em Petrópolis onde Ana Rosa teria sido estuprada, torturada e morta ao lado do marido. As ações da OBAN envolviam sequestro, tortura, ocultação de provas e de cadáveres.

Embora o governo que sucedeu à administração Garrastazu Médici (1969-1974), comandado pelo general Ernesto Geisel (1974-1979), tivesse prometido uma abertura 'lenta, gradual e segura', as violações dos direitos humanos continuaram, até haver uma reação mais forte da opinião pública depois do assassinato (e da montagem de uma farsa quanto às circunstâncias de sua execução) do jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura, no DOI-CODI de São Paulo, em 25 de outubro de 1975. A morte de Vlado foi a gota d'água para aumentar o movimento de oposição ao regime, que se somou à insatisfação popular em relação aos rumos da economia. No último governo militar, comandado pelo general João Figueiredo (1979-1985), ex-chefe do SNI, foi assinada a Lei da Anistia, que permitiu a volta de diversos artistas e líderes políticos ao Brasil. Em 1985, por meio de eleição indireta, o Brasil passou a ser comandado pelo civil José Sarney, vice do presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, morto em 21 de abril.

Já no final da ditadura, algumas organizações da sociedade civil despontavam como aliadas das famílias dos desaparecidos e na luta pela democratização, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além disso, foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em diversos estados, instituída em 2011 no governo Dilma Rousseff (ela própria vítima de tortura na ditadura), com o objetivo de levantar informações, promover reparações e dar andamento a processos contra os criminosos. Dados da comissão mostram que 436 pessoas foram mortas pela ditadura devido a motivações políticas. Além delas, foram assassinados 1.188 trabalhadores rurais. A própria comissão reconhece, no entanto, que há subnotificação. Há um consenso de que o número de mortes foi muito superior.

As 29 recomendações feitas pela CNV ao governo Dilma Rousseff não puderam sair do papel. A destituição da presidenta em 2016 e a posterior eleição do atual mandatário (que no dia da votação do impeachment fez um elogio ao torturador de Dilma) bloquearam os avanços.

A economia dos dispositivos

Observada de uma perspectiva ampla, a ditadura militar representa uma entre tantas experiências de institucionalização da violência no século XX, empenhando-se em derrotar os 'inimigos internos', o que justificou, para seus operadores, a criação de dispositivos de controle radicais, como os métodos de tortura e o extermínio de opositores, com a produção de um sistema de violação em massa dos direitos humanos.

Embora o filósofo Michel Foucault não tenha, em sua obra, analisando especificamente as ditaduras latino-americanas, dedicado a maior parte de seus estudos a refletir sobre as relações de poder que se instalam nas sociedades modernas, sobretudo sob o impacto do sistema produtivo capitalista no controle dos corpos. Dessa forma, sua obra oferece referências adequadas ao estudo das relações de poder, como o conceito de dispositivo.

Para o filósofo, dispositivo é um instrumento de controle que opera em diversos âmbitos da sociedade moderna, tais como nas prisões, nas relações de poder, de saber e de sexualidade, na subjetividade e na construção da verdade. 'Grosso modo', é um conjunto de elementos que estabelecem a condição para o exercício do poder sobre o indivíduo e a sociedade, mas também um instrumento de análise, já que pode ser identificado nos jogos de poder.

O próprio Foucault como historiador das ideias, em projetos como *História da loucura, Vigiar e punir*, e nos três volumes de *História da sexualidade*, se serve desse instrumento, evidenciando que os dispositivos têm um papel fundamental na conformação da história. Ao escrever sobre a construção moderna da loucura, por exemplo, Foucault revela os dispositivos criados para construir essa noção.

Embora o termo seja citado em diversas fases de sua obra, sua definição apareceu de maneira específica em uma entrevista publicada originalmente em 1977, e reunida no volume terceiro de *Dits et écrits* (Foucault, 1994), em que seus interlocutores questionavam sobre o real objeto de estudo da *História da sexualidade*, já que esta não tratava diretamente de sexualidade, nem de práticas sexuais, mas do ‘dispositivo da sexualidade’, que dava sentido à obra. Alegando que estava dando continuidade à construção de um método de análise, Foucault explica o que vem a ser o dispositivo.

Conforme suas palavras, em primeiro lugar, trata-se de uma rede estabelecida a partir de elementos heterogêneos que envolve discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, ou seja, o dito e o não-dito (Foucault, 1994).

Em segundo lugar, o filósofo chama a atenção para o fato de esses elementos estarem interligados. Eles podem aparecer tanto como programa de uma instituição, quanto como um elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece oculta, possibilitando a reinterpretção de tal prática, dando acesso a um novo espaço de racionalidade (Foucault, 1994).

Em terceiro lugar, Foucault entende o dispositivo como um tipo de formação que tem a função estratégica dominante de responder a uma urgência num dado momento histórico. Para ele, quando em ação, os elementos que formam o dispositivo passam por um processo permanente de reposicionamento estratégico em função dos objetivos finais. Ele cita a criação do dispositivo do aprisionamento, que surgiu como medida eficaz para deter a criminalidade. No entanto, produziu a profissionalização da criminalidade. A partir dos anos 1830, aos poucos, este efeito involuntário passou a ser reposicionado na rede de poder e utilizado para fins políticos e econômicos diversos – uma antecipação do lucro sobre o prazer, com a organização da prostituição (Foucault, 1994).

Na entrevista, Foucault (1994) também dá como exemplo o dispositivo da sexualidade, que até meados do século XVI era controlada de maneira branda pela igreja. A partir do Concílio de Trento (1545-1563), no entanto, ao lado das técnicas de confissão, uma série de procedimentos novos foi introduzida no interior da instituição eclesiástica, com a finalidade de purificação e de formação de religiosos; tais formas de controle, uma vez assimiladas, foram propagadas para a sociedade e agiram de forma produtiva sobre a formação das subjetividades.

Ao discutir o conceito de dispositivo, Giorgio Agamben (2009) recorre aos sistemas de poder desenvolvidos pela teologia já a partir do século II, quando a noção de trindade fora introduzida sem que se perdesse o viés monoteísta do catolicismo. Ele associa o dispositivo a uma função desempenhada pela economia (*oikonomia*, em sentido literal ‘a administração da casa’) para manter a coesão da religião e não derivar a igreja para o politeísmo. “A *oikonomia* torna-se assim o dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã” (Agamben, 2009, p. 37).

Dessa forma, Agamben (2009) afirma que os dispositivos tratados por Foucault (1994, p. 38) estão associados à herança teológica, representando uma “[...] operação por meio da qual Deus administra e governa o mundo [...]”, gerando um processo de subjetivação, pois trata-se de “[...] um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (Foucault, 1994, p. 39). Para Agamben, existem duas classes: os seres vivos e os dispositivos. As pessoas são assujeitadas por uma “[...] *oikonomia* dos dispositivos que procuram governá-las” (Agamben, 2009, p. 40). Assim, o dispositivo visa “[...] capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (Agamben, 2009, p. 40).

No estudo da ditadura militar, regime que se utilizou de uma série de ações para controlar as subjetividades, aliando discursos e práticas institucionais violentas, o conceito de dispositivo ganha relevo. Passaremos agora a localizar e interpretar alguns dispositivos representados na narrativa de B. Kucinski e procurar entender qual é seu sentido na organização do livro.

Cenas da vida minúscula

K.: relato de uma busca foi publicado em 2011, quando seu autor, o jornalista Bernardo Kucinski, já havia completado 74 anos². Formado em física pela USP, Kucinski fez carreira no jornalismo e como professor universitário, tendo trabalhado no Brasil e no exterior, em veículos como *Veja*, *Gazeta Mercantil*, *BBC* e *The Guardian*. Na primeira gestão do presidente Lula (2003-2006), atuou como assessor especial para a área da comunicação da Presidência da República. Em diversas entrevistas, explica que, ao se aposentar compulsoriamente por idade na USP, onde ensinava na Escola de Comunicações e Artes (ECA), acabou se dedicando inteiramente à literatura. Até agora publicou seis livros de ficção, que receberam diversos prêmios literários.

Estreia de Kucinski na literatura, *K.: relato de uma busca* retrata o episódio do desaparecimento³ de sua irmã, a ativista e professora da USP Ana Rosa Kucinski Silva, e do marido desta, Wilson Silva, em 22 de abril de 1974, ambos com 32 anos, pelo sistema de repressão da ditadura militar, bem como o impacto desse episódio sobre a vida do pai de Ana, o comerciante e escritor judeu identificado no romance apenas pela letra K. Seu prenome é Majer; além de ganhar a vida com sua loja de roupas no Bom Retiro, em São Paulo, ele publicava seus trabalhos em jornais em iídiche no Brasil e no exterior. Antes de emigrar, teve um passado de lutas políticas na Polônia, chegando a ser perseguido e preso. Assim como muitos judeus que emigraram por causa dos conflitos na Europa, teve parte da família dizimada pelo nazismo.

Depois de quase 50 anos de desaparecimento, o caso de Ana Rosa Kucinski Silva e de seu marido Wilson Silva, assim como o de diversos outros ativistas, ainda não foi solucionado pelas autoridades brasileiras, que vêm apresentando posicionamentos conflitantes sobre a prisão e o destino do casal, conforme é possível verificar no portal Memórias da Ditadura (Ana Rosa Kucinski Silva, 2021), que concentra informações dos casos de cidadãos brasileiros que foram assassinados pelas forças da repressão.

Apenas em 1993 um documento expedido pela Marinha reconheceu que Wilson Silva havia sido preso e dado como desaparecido desde então, sem fazer menção ao paradeiro de Ana Rosa, que fora caluniada no mesmo documento. Informações colhidas por familiares dão conta de que, no dia 22 de abril, o casal foi almoçar em um restaurante próximo à praça da República, e depois nunca mais foi visto.

Ao longo da busca das famílias de Ana Rosa e Wilson durante a ditadura, nenhuma autoridade policial reconheceu a prisão, mesmo com o acionamento de entidades internacionais de direitos humanos para pressionar o governo brasileiro, graças aos contatos de Majer com organizações judaicas dos Estados Unidos. Sempre as informações eram dadas por meios não oficiais e de maneira desencontrada, indicando que ambos estariam vivos e que supostamente moravam no exterior, o que é tematizado no livro de Kucinski.

Trechos de depoimentos publicados no portal Memórias da Ditadura (Ana Rosa Kucinski Silva, 2021) mostraram que Ana Rosa e Wilson foram presos pelo DOI-CODI e lavados no mesmo dia para a chamada 'casa da morte', em Petrópolis, pelos policiais Ênio Pimentel da Silveira e Sérgio Paranhos Fleury, onde teriam sido torturados e mortos. Ana Rosa teria sido estuprada e espancada; as unhas das mãos de Wilson, arrancadas. Na sequência, seus corpos teriam sido queimados em fornos que haviam sido construídos para este fim. No entanto, depoimentos desencontrados acabaram deixando o caso sem solução até hoje. A conclusão da CNV é de que as investigações precisam continuar, a fim de que os restos mortais sejam localizados e os responsáveis punidos – apesar do fato de que, possivelmente, todos os envolvidos já estejam mortos e não possam mais ser punidos pelos crimes que cometeram.

Embora os acontecimentos que motivaram a narrativa literária estejam entremeados de uma realidade histórica complexa, o livro não se propõe a fazer um panorama exaustivo do período. Ele expõe os danos causados pelo pesadelo da história, a doutrina da guerra psicológica adversa, pela vivência da espera do luto que não pode se realizar (porque não há corpo, nem lápide) sobre a vida minúscula de um pai à procura da filha engolida pelo sistema e se debatendo entre os dispositivos que o impedem de chegar à verdade.

Não discutiremos aqui se *K.: relato de uma busca* é um romance ou se pertence a outro gênero literário. Na verdade, o próprio autor se refere ao livro como sendo uma ficção ou uma narrativa. No entanto, é preciso destacar que o texto tem o 'espírito' que perpassa o romance como gênero privilegiado da modernidade. Isso ocorre tanto do ponto de vista de conteúdo, aproximando-se do cotidiano, com uma concepção individualista de verdade (Watt, 1990), como também quanto ao estilo, capaz de abarcar uma grande multiplicidade de gêneros textuais, contribuindo para a verossimilhança.

² A edição usada neste artigo é *K.: relato de uma busca* de 2020.

³ O verbo 'desaparecer', normalmente intransitivo, ganhou outro sentido ao ser usado como transitivo direto ou indireto depois da ditadura militar brasileira. Dessa forma, embora contrariando o uso padrão da língua portuguesa, era comum se adotarem formas como 'desaparecer alguém' ou 'ser desaparecido por', o que evidencia o absurdo diante do qual viviam as famílias naquele período: sob o regime, não sabiam se seus entes queridos haviam simplesmente 'desaparecido', 'sido mortos' ou 'sido presos'.

A narrativa está organizada em 29 capítulos, que se utilizam de diversos subgêneros textuais, oscilando entre a terceira pessoa onisciente, que conduz a história do pai em busca da filha, em um registro culto, típico da estética realista, compondo o eixo central; e textos complementares, que se entrecrocaram e ajudam a compor o panorama da luta externa (a história) e interna do protagonista, assim como exploram tanto formas textuais mais elevadas (relatórios, atas, cartas), quanto mais coloquiais (diálogos, fluxo de consciência, depoimentos), num flagrante paralelismo com a tradição literária da repressão no Brasil, em autores como Rubem Fonseca, Ivan Ângelo e João Antonio.

O eixo central do livro, em terceira pessoa, é composto de 14 capítulos sem uma demarcação temporal precisa, o que gera a impressão de que, na economia do texto, o que vale é a fixação de uma noção contínua de tempo, pois para aqueles que esperam a volta de seus desaparecidos a passagem dos dias parece deixar de fazer sentido. É verdade que, por meio dessa narrativa, sabemos da trajetória de vida de K., obrigado a sair da Polônia devido a perseguições políticas e pela ascensão do anti-semitismo nos anos 1930, vindo se refugiar no Brasil de Vargas, que deu aos nazistas como presente a ativista comunista judia Olga Benário, morta em um campo de concentração e símbolo de resistência para a geração de Ana Rosa.

Mais do que o passar do tempo, a narrativa mostra a metamorfose de K. Mergulhado, antes do desaparecimento da filha, no mundo da literatura iídiche, “[...] essa língua morta que só poucos velhos ainda falam” (Kucinski, 2020, p. 16), ele dá-se conta de que o fascínio pelo seu universo interior o afastou dela. Entregar-se à busca foi uma maneira de compensar a perda. Talvez por essa razão faça sentido dizer que a busca pelo paradeiro da filha tornou-se um fim em si mesmo, pois no fundo ele não nutria esperança em reencontrá-la, apesar de receber constantemente comunicados de aliados da ditadura tentando confundir-lo sobre a possibilidade de ela ainda estar viva. Sua resistência aos dispositivos da ditadura revelam uma forma de não se assujeitar às pressões, tornando-se uma presença incômoda para o sistema:

O sorvedouro de pessoas não para, a repressão segue cruenta, mas o pai que procura sua filha teme cada vez menos. Desgraçado mas insolente, percebe então o grande paradoxo da sua imunidade. Qualquer um pode ser engolido pelo vórtice do sorvedouro de pessoas, ou atropelado e despejado num buraco qualquer, menos ele. Com ele a repressão não mexe, mesmo quando grita. Mexer com ele seria confessar, passar recibo.

Sente-se intocável. Vai aos jornais, marcha com destemor empunhando cartazes na cara da ditadura, desdenhando a polícia; desfila como as mães da Praça de Maio, mortas-vivas a assombrar os vivos; imbuído de uma tarefa intrasferível, nada o atemoriza. Recebe olhares oblíquos de susto, percebe outros, de simpatia.

Ao deparar na vitrine da grande avenida com sua própria imagem refletida, um velho entre outros velhos e velhas, empunhando como um estandarte a fotografia ampliada da filha, dá-se conta, estupefato, da sua transformação. Ele não é mais ele, o escritor, o poeta, o professor de iídiche, não é mais um indivíduo, virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política (Kucinski, 2020, p. 84).

Cabe aqui retomar o conceito de dispositivo, como um conjunto de instituições e processos de subjetivação que tem por objetivo “[...] governar, controlar, orientar os gestos e pensamentos dos homens” (Agamben, 2009, p. 39), tanto por meio de formas discursivas, quanto por formas não discursivas. Ampliando o alcance da definição de Foucault, o dispositivo, na acepção de Agamben, envolve qualquer coisa “[...] que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2009, p. 40), podendo ser aqueles mais evidentes – como a escola, a prisão, as medidas jurídicas – mas também objetos como a caneta, o cigarro, o computador e a própria linguagem.

Em *K.: relato de uma busca*, os dispositivos mais comuns estão relacionados às práticas que têm uma ligação direta com a repressão, como é o caso da confissão e da delação sob tortura, retratada nos capítulos ‘A abertura’ e ‘Dois informes’, ‘A terapia’ e ‘Mensagem ao companheiro Klemente’. O capítulo ‘A abertura’, por exemplo, foi escrito em primeira pessoa, podendo ser associado a uma possível fala do delegado Sérgio Paranhos Fleury, responsável pela ação que possivelmente matou Ana Rosa e Wilson, a OBAN, na ‘casa da morte’, em Petrópolis. Em meio ao processo da ‘abertura lenta, gradual e segura’, Fleury faz o seguinte comentário:

Pode ser esse canalha do Golbery que agora quer dar uma de bacana, pode ser o presidente da República, pode ser o papa, pode ser esse senador americano de merda, eu estou é cagando para eles todos. Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco. E daí que o velho falou com esse senador, que entregou carta, que tão pressionando – vão pressionar na puta que os pariu (Kucinski, 2020, p. 65).

Como foi dito anteriormente, conforme Foucault, o dispositivo é também um instrumento dinâmico, pois é capaz de se reposicionar diante das transformações das relações de poder. Alguns historiadores defendem

que o período de distensão do governo Geisel foi também uma época de disputas internas entre a ala mais radical e a mais moderada (Enders, 2008; Fausto, 2009). O uso do dispositivo da tortura contra os ‘comunistas’, nome genérico usado para designar os opositores do regime, era um ‘recado’ da ala radical para os moderados. Apesar disso, esse instrumento de poder começava a ser reposicionado, em meados dos anos 1970, já que crescia a reação da opinião pública contra as violências do regime. Embora cada vez mais clandestinas, as práticas violentas subsistiram nos ‘porões’ do regime. Além delas, outros instrumentos continuavam a garantir o controle da sociedade pela ditadura, como os dispositivos legais, administrativos e comunicados verbais informais, como um telefonema, uma carta ou um bilhete.

Um dos exemplos mais eloquentes do livro mostra a assimilação da cultura da ditadura militar pela burocracia, que pode ser entendida como um dos mais eficientes dispositivos de poder porque aparentemente age sob o manto da legalidade e da normalidade. Desaparecida havia vários meses, obviamente por motivações políticas, Ana Rosa foi demitida da USP por ‘abandono de emprego’, sendo que os responsáveis pela decisão de sua exoneração não apenas sabiam que seus colegas vinham sendo perseguidos e ‘desaparecidos’ pela ditadura, como não se opunham ao regime (e quando o faziam, escondiam-se atrás da burocracia da instituição). Encontrou-se, por meio do dispositivo burocrático, uma saída ‘honrosa’ e ‘legal’ para a instituição, que lavou as mãos diante da injustiça absurda. Isso porque a burocracia funciona como uma ramificação do sistema repressivo da ditadura. Assim como a tortura e a repressão policial, ela é um elemento importante para a reprodução do sistema. Conforme define Foucault (1994), o dispositivo é uma rede que pode ser estabelecida entre diversos elementos heterogêneos.

Isso fica evidente no capítulo ‘A reunião da Congregação’, que narra, em terceira pessoa, os supostos diálogos dos conselheiros do Instituto de Química imbuídos em dar uma resposta legal ao reitor da USP quanto ao destino da vaga da professora Ana Rosa. O narrador deixa claro que o relato é imaginário, tendo sido criado a partir da ata oficial da reunião. O que caracteriza a ata como um dispositivo é a sua capacidade de garantir o controle legal do sistema sobre os chamados ‘inimigos internos’, sem que houvesse constrangimentos da parte daqueles que apontaram a professora assassinada como responsável por sua própria situação. A reunião foi presidida pelo professor Ernesto Giesbrecht, agraciado como comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico em 1995, ironicamente discípulo do pesquisador de origem judaica Heinrich Rheinboldt, que foi obrigado a emigrar da Alemanha por ter sido perseguido pelos nazistas. Giesbrecht teria pensado o seguinte na ocasião:

Reunião desagradável esta. É verdade que nunca fui com a cara dessa menina e nem ela era brilhante, mas era séria, muito esforçada [...]. Mas que alternativa temos? Dizem que o telefonema da reitoria foi claro. Vocês têm até o final da semana para cumprir o regulamento e demiti-la. Estava até demorando esse ultimato. Sei que já saiu até no jornal que ela foi desaparecida mas não há prova. O Governo nega. É claro, se eles a desapareceram tinham que negar. Mas vai saber em que se meteu. O regulamento é claro e taxativo. E mais, como diretor do Instituto, se não demitir posso ser acusado de prevaricação. Isso se não for acusado de coisa pior, de cumplicidade com subversivos ou algo parecido. Sempre o nosso dever, como cientistas, é o de preservar a instituição. Não dar pretexto a uma intervenção ou cassações. Afinal, essa menina não tinha o direito de pôr em risco uma instituição importante como a nossa (Kucinski, 2020, p. 146).

Neste caso, a imposição de se lavar uma ata com a posição oficial da universidade acabou levando a decisão para uma posição confortável para a instituição, cuja preservação é um ‘dever dos cientistas’. O dispositivo burocrático, com seu ‘regulamento claro e taxativo’, a proteção do voto secreto, referendou as ações imorais do governo, dando aos integrantes a sensação de dever cumprido, numa explicação semelhante àquela utilizada por Adolf Eichmann e que se tornou clássica na interpretação de Hannah Arendt (2013) sobre as práticas totalitárias: ele estaria apenas executando tarefas que lhe foram passadas por superiores.

Para Foucault, o dispositivo é também um elo entre os diferentes elementos heterogêneos do poder. Assim, um discurso pode aparecer ora como programa de uma instituição, ora como elemento que vai mascarar uma prática que permanece calada ou funcionar como uma reinterpretação secundária dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade (Foucault 1994). No caso da ata, existe deliberadamente uma *oikonomia*, na expressão de Agamben, que mascara a verdadeira finalidade da reunião, criando um novo espaço de racionalidade e conferindo legitimidade ao sistema repressivo pela negação a seu enfrentamento.

A presença de dispositivos de poder podem ser encontrados, também, em outros trechos do livro. Contribuindo para a organização da narrativa, e ao mesmo tempo fazendo uma ponte com a história, está a

voz do narrador, que aparece, em tom ensaístico, impondo certo distanciamento, no capítulo inicial do livro ('As cartas à destinatária inexistente') e em dois capítulos finais ('Sobreviventes, uma reflexão' e 'Post Scriptum'), deixando claro que o livro se trata de uma ficcionalização de fatos reais, em que "[...] tudo é invenção, mas quase tudo aconteceu" (Kucinski, 2020, p. 11).

O livro se inicia com uma prova do não reconhecimento, pelos órgãos oficiais, quanto à morte de Ana Rosa, no capítulo 'As cartas à destinatária inexistente'. Trata-se do dispositivo da carta comercial, e mostra seu impacto sobre o narrador e sua família. O narrador conta que o correio entrega sistematicamente, em seu antigo endereço, propostas comerciais para Ana Rosa, como se ela ainda estivesse viva. A última relatada por ele é o recebimento de um cartão de crédito. O narrador conta que sempre se emociona com a chegada desse tipo de correspondência e se pergunta por que elas continuam sendo enviadas:

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos.

[...]

O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos (Kucinski, 2020, p. 14-15).

A partir desse texto, pode-se perceber que o efeito da ditadura militar no Brasil não se perpetuou apenas por meio da tortura e das ações violentas. No caso da família Kucinski – e de muitas outras afetadas pelos desaparecimentos – a própria impossibilidade do cancelamento de uma carta comercial significa que a pessoa à qual ela foi destinada não pode ser considerada morta pelo sistema, apesar das evidências, prolongando o sofrimento de seus membros, como se a culpa do desaparecimento fosse dos próprios indivíduos envolvidos com ações políticas e não do sistema repressivo. Trata-se, agora na visão de Agamben, de um processo de assujeitamento diante dos dispositivos, que impõem sua força sobre os seres viventes para, supostamente, "[...] governá-los e guiá-los para o bem" (Agamben, 2009, p. 40).

No último capítulo, 'Post Scriptum', o narrador encerra o livro na data de 31 de dezembro de 2010, com o recebimento de uma ligação de uma mulher falando do exterior informando que Ana Rosa ainda estava viva, pois havia sido vista por ela numa rua no Canadá.

Esse telefonema – concluí – é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil, na qual um artista de teatro personificou o seu desaparecimento. O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado (Kucinski, 2020, p. 168).

Não retornou a chamada, por entender que esta era mais uma pista falsa de aliados do sistema (aparentemente) proscrito pela história. No entanto, a intenção do telefonema era mais uma vez o assujeitamento, uma tentativa de dizer que a culpa não era do sistema repressivo, mas do próprio indivíduo. Afinal, estando viva, Ana Rosa poderia ter apenas fugido da família – e tudo não passara de equívoco. Ademais, o narrador mostra que, já no final da primeira década do século XXI, a quase 50 anos do golpe de estado, o período da repressão havia terminado, mas não os seus dispositivos.

Considerações finais

Onze anos depois de sua publicação, a leitura de *K.: relato de uma busca* deveria representar um olhar pelo retrovisor ao constatarmos aquele velho preceito positivista segundo o qual a função da história é estudar o passado para não repeti-lo. A garantia de não traçar os mesmos passos no caminho se daria pela busca incessante da verdade, pelo controle do passado a partir do saber e da educação. Infelizmente, a história é mais complexa do que prevê a velha fórmula positivista.

Trinta e sete anos depois do fim do regime, o estado brasileiro não conseguiu estabelecer o ajuste de contas com o passado recente, nem uma política de memória que ajudasse a população a superar o autoritarismo. Em vez disso, assistimos à destruição acelerada das instituições democráticas que foram se recompondo recentemente. Toda essa realidade mostra o caráter contemporâneo do livro.

Assim como o protagonista K., uma parte da população brasileira busca sobreviver no tempo presente ao pesadelo histórico representado pela ditadura militar e às perdas geradas por ela. Os 'demônios do passado' voltaram a assombrar. Hoje, sob um forte legado autoritário, o estado tenta estabelecer novos dispositivos

de controle da sociedade brasileira, muitos deles mais sofisticados do que aqueles da ditadura – desde intervenções na área da educação, campanhas de desinformação (por meio de disparos de *fake news*).

Nas palavras de Agamben (2009, p. 46), “[...] não seria provavelmente errado definir a fase extrema do desenvolvimento capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos [...]”, que seduzem e confundem os indivíduos. Dessa forma, vivemos como se a ditadura não fosse, na verdade, um fato guardado na memória coletiva, mas que estivesse presente nas práticas institucionais atuais, ganhando novos significados a cada dia.

Qual seria então a função, nos dias atuais, de uma narrativa que conta os percalços de um velho judeu à procura de sua filha desaparecida ‘pela’ ditadura militar? Ela tem a própria função do romance na era moderna (ainda que a narrativa não seja propriamente um romance): promover o questionamento permanente da verdade, a ‘sabedoria da incerteza’, para evitar o assujeitamento da sociedade pelos dispositivos de controle contemporâneos. Essa narrativa representa também a busca pela memória coletiva, em contraposição a um movimento reacionário que quer se apoderar do passado, sorver as pessoas e condenar as vítimas da ditadura a um novo desaparecimento.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.
- Ana Rosa Kucinski Silva. (2021). *Memórias da Ditadura*. Recuperado de <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ana-rosa-kucinski-silva/>
- Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Enders, A. (2008). *Nouvelle histoire du Brésil*. Paris, FR: Éditions Chandeigne.
- Fausto, B. (2009). *História concisa do Brasil*. São Paulo, SP: Edusp.
- Foucault, M. (1994). *Dit et écrits III*. Paris, FR: Gallimard.
- Kucinski, B. (2020). *K.: relato de uma busca*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Watt, I. (1990). *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.